



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**

**PARECER PARA DISCUSSÃO EM TUNO ÚNICO**  
**PROJETO DE LEI N.º 76, DE 2022**

Institui o Programa Olho Vivo Indianópolis, dispondo sobre as políticas municipais de videomonitoramento, videomonitoramento compartilhado e monitoramento colaborativo no Município de Indianópolis, e dá outras providências.

**Autor:** Prefeito Municipal

**Relator:** Vereador LINDOMAR JOSÉ DOS REIS

**I RELATÓRIO**

Foi distribuído a esta Comissão de Finanças e Controle (CFC), no último dia 6 de junho, para parecer quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei n.º 76, de 2022, de autoria do Prefeito Municipal.

O projeto é dividido em treze artigos, a saber:

O art. 1º institui o Programa Olho Vivo Indianópolis, dispondo sobre as políticas municipais de videomonitoramento, videomonitoramento compartilhado e monitoramento colaborativo no Município de Indianópolis e estabelece os objetivos do programa.

O art. 2º prevê que a captação de imagens de sistemas de imagens, dados e sistema dedicado de interesse da segurança pública serão tratados com o estrito respeito aos direitos da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, bem como aos demais direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

O art. 3º dispõe que o Município poderá, para alcançar os fins previstos no projeto, contratar empresa especializada que disponha de plataforma de videomonitoramento em nuvem, com servidor de hospedagem para adição de câmeras e que faça a gestão da plataforma, possibilitando o acesso a imagens, por meio de site de internet, por aplicativo de celular.

O art. 4º determina que, para inserir as câmeras na plataforma de videomonitoramento, os equipamentos deverão atender aos requisitos técnicos mínimos, a serem definidos pelo Poder Executivo.

O art. 5º autoriza o Poder Executivo a disponibilizar o acesso às imagens a órgãos de segurança e a seus agentes para atingir o objetivo de que trata o projeto.

O art. 6º prevê que as despesas derivadas da aquisição, instalação, manutenção e hospedagem das imagens das câmeras no servidor serão de responsabilidade dos interessados.

O art. 7º permite aos particulares, associações e empresas privadas instalar câmeras, visando o videomonitoramento das vias públicas, tais como calçadas, ruas e avenidas, mediante solicitação ao Poder Público de licença para implantação, para os fins de que trata o projeto.

O art. 8º estabelece vedações quanto ao uso dos sistemas de videomonitoramento.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**

O art. 9º prevê as responsabilizações dos atentes públicos e privados nas hipóteses de descumprimento das vedações impostas pelo projeto.

O art. 10 faculta ao Município estabelecer parcerias a fim de instalar, evoluir e expandir sistemas de videomonitoramento, como também exigir nas medidas compensatórias de grandes empreendimentos imobiliários investimento nessa área.

O art. 11 prevê que o disposto no projeto se aplica apenas aos particulares, pessoas jurídicas, associações, entidades e empresas privadas que obtiverem a licença para implantação.

O art. 12 dispõe que as despesas com a execução do projeto serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

O art. 13 contém a cláusula de vigência, fixada para a data da publicação.

O projeto não recebeu emendas até esta fase de sua tramitação.

No dia 9 de maio, esta Comissão baixou o projeto em diligência a fim de que a Mesa Diretora requeira ao Prefeito Municipal as seguintes informações para instruir a análise da matéria:

a) Qual o valor estimado da despesa com a contratação de empresa especializada que disponha de plataforma de videomonitoramento em nuvem, com servidor de hospedagem para adição de câmeras, que faça a gestão da plataforma, autorizada pelo art. 3º, do projeto?

b) Quais as dotações orçamentárias destinadas a atender às despesas com a execução do programa a que se refere o projeto?

c) Por se tratar de novo programa, a criação do Programa Olho Vivo Indianópolis não precisa também ser incluída na Lei n.º 2.055, de 1º de dezembro de 2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2022 a 2025, e no anexo de metas e prioridades (Anexo I) da Lei n.º 2.034, de 26 de maio de 2021, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2022?

As informações foram requeridas pelo Ofício n.º 32/2022-CM/GP, documento de fl. 12.

O Prefeito Municipal prestou as informações solicitadas mediante o Ofício n.º 56/2022-GP/PMI, documento de fl. 13.

O projeto retornou a esta Comissão para parecer conclusivo.

É, síntese, o relatório.

## FUNDAMENTAÇÃO

Consoante informações prestadas pelo Prefeito Municipal, pelo Ofício n.º 56/2022-GP/PMI, documento de fl. 13, para manter o referido programa serão utilizadas dotações da Secretaria Municipal de Administração e Finanças e ou da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos para manter o programa. Porém, o Prefeito não especificou quais são estas dotações.



**CÂMARA MUNICIPAL DE INDIANÓPOLIS**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E CONTROLE**

Deduz-se, assim, que o programa criado conta com recursos assegurados pela Lei Orçamentária vigente.

Também de acordo as informações apresentadas pelo autor do projeto, o valor estimado da contratação da empresa que ficará responsável pela gestão da plataforma de videomonitoramento é de R\$ 8.000,00 mensais.

Esse valor, por ser inferior ao limite fixado no art. 37, da Lei n.º 2.034, de 26 de maio de 2021, que dispõe sobre as diretrizes a serem observadas na elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício de 2022, é considerado despesa irrelevante, razão qual o projeto não precisa ser instruído com os documentos exigidos pelo art. 16, *caput* e incisos I e II, da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

### III CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Comissão acolhe o voto do relator e conclui pela adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei n.º 76, de 2022.

Sala das Reuniões, 10 de junho de 2022.

LINDOMAR JOSÉ DOS REIS  
Presidente e Relator

MARCOS TÚLIO DA SILVA  
Membro

WELBEMAR ALVES XAVIER  
Membro